

A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PELO BEM VIVER

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0601225120214>

Data de aceite: 24/02/2025

Rejane Maria Pereira da Silva

Universidade Católica de Pernambuco
Recife-Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/3382704712057582>

Millena de Azeredo Lopes Ventura

Universidade Católica de Pernambuco
Recife-Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/2379930558733062>

RESUMO: Este artigo se propõe contribuir para o reconhecimento da mulher negra como protagonista na luta feminista em movimentos sociais no Brasil. Através de entrevistas com militantes e ativistas negras, bem como de levantamento de fontes documentais, o estudo tem o compromisso de demonstrar a força política de resistência das mulheres negras do Estado Brasileiro que se uniram para protagonizar uma marcha específica de mulheres na luta por direitos sociais e políticos que por muito foram invisibilizados. Com o aporte teórico de Sueli Carneiro, Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Suzan Besse, Betânia Ávila e Daniela Tavares visou-se compreender quais processos subjazem a constituição desse novo sujeito coletivo, seus dilemas e redes de solidariedade

com outros movimentos sociais, o lugar das hierarquias de gênero e raça em suas reivindicações, além do seu processo de institucionalização/burocratização, sua articulação com o Estado brasileiro. Este trabalho apresenta como opção a metodologia qualitativa, buscando através de pesquisa exploratória e documental como instrumento entrevista em profundidade com mulheres negras ativistas militantes. Com isso, constatou-se nacional e internacionalmente, que a marcha das mulheres negras promoveu a afirmação dessas mulheres como sujeitos políticos através do rompimento do silêncio, exigindo do Estado brasileiro o reconhecimento do enfrentamento ao racismo dialogando, também, com a sociedade. Foi na resistência que as mulheres negras se encontraram em busca de uma sociedade solidária e fraterna reafirmaram o processo de irmandade e o pertencimento contribuindo, assim, com enfrentamento ao racismo e pelo bem viver.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras; Marcha das Mulheres Negras; Racismo; Feminismo Negro; Movimentos Sociais.

THE BLACK WOMEN'S MARCH: CONFRONTING RACISM AND FOR A GOOD LIFE

ABSTRACT: This article aims to contribute to the recognition of the black woman protagonist in the feminist struggle in social movements in Brazil. Through interviews with black militants and activists, as well as a survey of documentary sources, the study is committed to demonstrating the political strength of resistance of black women in the Brazilian State who came together to lead a specific march of women in the fight for social and political rights that have long been made invisible. With the theoretical contribution of Sueli Carneiro, Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Suzan Besse, Betânia Ávila and Daniela Tavares, the aim was to understand which processes underlie the constitution of this new collective subject, its dilemmas and solidarity networks with other social movements, the place of gender and race hierarchies in its demands, in addition to its institutionalization/bureaucratization process, its articulation with the Brazilian State. This work presents qualitative methodology as an option, seeking through exploratory and documentary research as an instrument to in-depth interviews with black women activists. As a result, it was found nationally and internationally that the black women's march promoted the affirmation of these women as political subjects by breaking the silence, demanding that the Brazilian State recognize the fight against racism while also dialoguing with society. It was in resistance that black women found themselves in search of a supportive and fraternal society, reaffirming the process of brotherhood and belonging, thus contributing to confronting racism and living well.

KEYWORDS: Black Women; Black Women's March; Racism; Black Feminism; Social Movements.

INTRODUÇÃO

Comprometidas com o enfrentamento ao racismo, mulheres negras engajadas em coletivos diversos de diferentes cantos do Brasil mobilizaram-se “pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (Carneiro, 2003, p.05)”.

As mulheres negras chamaram “Marcha de Mulheres Contra o Racismo, à Violência e Pelo Bem Viver¹” em defesa de uma luta antirracista, pela resistência e a importância do protagonismo das mulheres negras.

Pode-se, nesse sentido, referendar a observação feita por Xavier (2010) na qual põe em pauta que é preciso fazer a denúncia da situação de miséria e opressão sofrida pelas mulheres negras, pondo fim ao estigma e a vitimização que a sociedade apresenta.

O que impulsiona essa luta é a crença na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos. (Carneiro, 2003, p.05)

1. Conceito originário do início do século XXI dos povos Andinos como Equador e Bolívia (Lemos, 2015, p. 210); Conceito em construção recuperando saberes e sensibilidades, apostando em uma alternativa sustentável para a vida das mulheres negras incluindo, em especial, a atenção à natureza.

Ao afirmar o conceito de Bem Viver, as mulheres negras afirmam que permanecem sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil.

Marcharam, também, por considerarem que ainda existem lacunas na historicidade brasileira, faz-se urgente documentar que as mulheres negras são protagonistas e conseguiram romper o silêncio através de suas vozes, colocando para o Estado Brasileiro que é preciso um novo pacto civilizatório.

Sendo assim, objetivou-se neste levantamento de dados contribuir para o reconhecimento da mulher negra como protagonista na luta feminista em movimentos sociais no Brasil. Para tal percurso, buscou-se conceituar feminismo no contexto histórico; delimitar movimento social² e movimento feminista negro³; relacionar o movimento feminista à protagonização da mulher negra brasileira.

Essas questões serão baseadas no aporte teórico de Sueli Carneiro (2003), Lúcia Xavier (2010), Jurema Werneck (2017), Matilde Ribeiro (1998), Suzan Besse (1999), Betânia Ávila (2007), Daniela Tavares (2010). Visou-se aprofundar o estudo a respeito das categorias de gênero, raça, feminismo, feminismo negro e movimento de mulheres.

FEMINISMO

A historiadora Cova (1998, apud Manuela Tavares, 2010, p.17), afirma que a expressão “feminismo” esconde um mosaico de diferentes situações. Segundo a autora, “a luta de algumas organizações sufragistas, no decorrer do final do século XIX, deram ao feminismo um caráter de radicalidade pela frontalidade que colocavam seus protestos”. Já outras feministas procuraram apresentar o movimento com caráter moderado, valorizando a maternidade como meio de afirmação das mulheres nas suas reivindicações pela educação, pelo acesso à profissão e pelo próprio direito ao voto.

Segundo Polloc (2002, apud Tavares, 2010), o feminismo se define por práticas e posições externamente heterogêneas registrando desigualdades às mudanças e aos paradigmas teóricos universais, dentro da cultura da sociedade. Ou seja, todo e qualquer movimento é resultado de uma junção de ideias e posições políticas e, mesmo que afins, podem divergir.

Há ainda aquelas que se opunham à identificação do feminismo exclusivamente como ativismo social, argumentando que, historicamente o feminismo surgiu na tradição do pensamento sob a mulher, no qual nem sempre coincide com lutas politicamente organizadas para alterar a posição social das mulheres.

2. Para efeito de delimitação do escopo, tomar-se-á como ponto de partida as abordagens norte-americanas acerca de movimentos sociais, visto que apresentaram hegemonia por várias décadas (GOHN 1997, p.23)

3. Expressão designar a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro. Vide Carneiro (2003, p. 118)

De acordo com Tavares (2010), o sujeito feminista aparece como entidade múltipla, aberta, multifacetada pelas estruturas de classe, idade, etnia, orientações sexuais e território. Contudo, as questões voltadas às opressões de gênero, de raça e classe social sofridas por mulheres negras, nem sempre fizeram parte das reivindicações do movimento feminista internacional.

A princípio, os enfrentamentos travados pelas mulheres foram sempre voltados aos direitos sociais e político que, de acordo com Gurgel (2010, p.02), na França, até a “segunda metade dos anos de 1800 a luta pela igualdade era o tema central de mobilização das mulheres, que no geral assumiam as reivindicações pelo direito a educação, ao trabalho e a igualdade salarial, além dos direitos políticos”, especificamente essa luta. De acordo com Tavares (2010), foi somente no ano de 1901, na França, que o termo feminismo apareceu, no *Journal de Femmes*, e, na virada do século XIX-XX, o movimento propagou-se para outros países.

Nos Estados Unidos, a luta primeira do feminismo fazia referência à “condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e absolutamente opressora para as mulheres burguesas e da crescente classe média” (DAVIS, 1982, p.45). É importante ressaltar que as mulheres que estavam à frente do surgimento do movimento feminista norte-americano, a princípio, eram mulheres brancas. Cabe ainda salientar que estas postulações foram entregues na Convenção de *Seneca Falls*, marco do surgimento do movimento feminista nos Estados Unidos, no ano de 1848, quando ocorreu a publicação da *Declaração de Seneca Falls* ou a *Declaração de Sentimentos*.

O foco enfático da *Seneca Falls Declaration* (Declaração de Seneca Falls) foi a instituição do casamento e os seus muito prejudiciais efeitos nas mulheres: o casamento roubava das mulheres os seus direitos de propriedade, fazendo-as esposas- economicamente e moralmente - dependentes dos seus maridos. [...] Como resultado do estatuto inferior das mulheres dentro do casamento, a Declaração de Seneca Falls argumentou que as mulheres sofriam desigualdades nas instituições educacionais bem como nas profissões. “Os empregos bem remunerados” e “todas as avenidas para a riqueza e distinção” (como a medicina, o direito e a teologia) eram absolutamente e inacessíveis às mulheres. A Declaração concluía com a sua lista de injustiças com a evocação da dependência mental e psicológica das mulheres, que as deixou com pouca “confiança e auto-respeito. (DAVIS, 1982, p.45)

A partir de uma análise sobre o documento apresentado na Convenção, Davis (1982, p.45) evidencia que “a inestimável importância da Declaração de Seneca Falls foi o seu papel na consciencialização articulada dos direitos das mulheres no meio do século”. Entretanto, o documento visava apenas os interesses das mulheres que redigiram a declaração.

As mulheres trabalhadoras brancas, que estavam participando do evento, conforme Davis (1982, p.45), “na última sessão da Convenção, foram convidadas para depor no púlpito e proteger as mulheres em igual participação com os homens nos vários negócios, profissões e comércio”, apesar da exclusão dos interesses de outros grupos étnicos de mulheres.

Todavia, as mulheres negras foram negligenciadas de duas formas, quanto à presença no evento e quanto à falta de referência à escravatura da mulher negra do sul e ao racismo sofrido pelas negras do norte do país. De acordo com Davis (1982, p. 47), isto chamou a atenção dos abolicionistas, pois, “enquanto havia, pelo menos um homem negro nos conferencistas de *Seneca Falls*, não havia uma única mulher negra na assistência. Para os iluminados organizadores abolicionistas, pareceria confuso que as mulheres escravas fossem inteiramente desprezadas”.

É importante esclarecer que a “confusão” dos abolicionistas resvala na posição adotada pelo grupo fundador do feminismo norte-americano e é corroborado na fala de Hooks (1998, p.01), ao dizer que, “desde o início do movimento, as mulheres de classes privilegiadas foram capazes de fazer de suas preocupações a questão que deveria ser enfocada, em parte por elas serem o grupo que recebia atenção”.

Na América Latina, o feminismo “é visto como tendo nascido a partir de mulheres brancas, de classe média, e ter articulado a partir de formulações oriundas do norte global.” (Silva, 2016, p.31), ou seja, o feminismo na América Latina possuiu, no seu início, o mesmo caráter hegemônico da França e Estados Unidos.

Besse (1999) descreveu o que significava ser feminista no país dos anos entre 1910-1930, aprofunda a análise ao citar as várias categorias de feminismos. Naquele momento, no que diz respeito às suas lutas, eram estanques, a exemplo: feministas católicas; mulheres profissionais solteiras; feministas anarquistas e libertárias e repartiam-se entre “as que lutavam por assegurar às mulheres direitos sociais e políticos e as que se preocupavam principalmente em exaltar e louvar os papéis domésticos das mulheres” (Besse, 1999, p. 183). Segundo a autora,

Até mesmo no interior do movimento feminista organizado [...] coexistiam opiniões muito divergentes. À medida que a organização aumentou de tamanho passou a reunir sob o mesmo teto um grupo diversificado de organizações feministas de todos os estados do Brasil. (Besse, 1999, p. 183)

Isso corrobora para o conflito de opiniões sobre o movimento feminista na América Latina e o Caribe, por agrupar diversas organizações feministas, além da própria história do surgimento e da manutenção deste movimento.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO FEMINISTA

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por “atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais” (Gohn 2000, p. 13). Nesse caráter se inclui o Movimento Feminista Brasileiro, desde seu início identificado com as lutas populares e pela democratização do país. Nessas ações se inclui as atrizes mulheres negras.

No Brasil, o movimento feminista tem sua fase embrionária, no final do século XIX, apresentando um caráter particular desafiador, como explicita Pinto (2003, p. 09), “ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público, portanto, dos direitos como cidadã, e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação”.

No ano de 1922, surgiu a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF, que pleiteava tornar as mulheres donas-de-casa mais competentes, bem como agentes mais competentes na vida pública, que, em 1932 conquistaram duas vitórias políticas: a instituição do Dia das Mães e o direito das mulheres de votar. Momento este, que desafiaram o poder patriarcal institucionalizado no Estado e marcaram seu ingresso formal na vida pública. No entanto, não havia sentido para a maioria das mulheres brasileiras que permaneciam alijadas desse direito, porque o pré-requisito de alfabetização permanecia em vigor. Segundo Besse (1999, p. 183), “por serem relativamente poucas as mulheres brasileiras que haviam obtido as oportunidades educacionais que afetaram de maneira tão profunda as vidas e a consciência da elite feminista de classe urbana média e alta”, sendo assim, mais uma forma de exclusão. Nesse contexto, é importante frisar o nome de Bertha Lutz, tanto para a conquista do direito ao voto quanto para o papel social por ela desempenhado.

Feminista, fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, Secretária do museu nacional, delegada brasileira oficial a inúmeros congressos internacionais sobre a condição da mulher, oradora e autora de inúmeros artigos e livros sobre a condição da mulher, deputada federal pelo Rio de Janeiro 1936-1937[...] e presidente (e único membro feminino) da Comissão Especial sobre a Condição Feminina instituída pelo congresso brasileiro em 1937. (Besse, 1999, p.174)

Outro marco expressivo de mobilização das mulheres ocorre nas décadas de 60 e 70, em momento que o movimento reapareceu apresentando “algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60” (Soares, 1998, p.36). Contudo, deve-se considerar que “não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular” (Pinto, 2003, p. 10). Uma dessas particularidades diz respeito à situação política na qual o Brasil se encontrava, como

as condições políticas locais, geradas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, não deram lugar à emergência de um movimento de liberação radicalizado, como os que mobilizaram mulheres da mesma geração e camada social naquelas sociedades, com trajetórias e questionamentos identitários semelhantes aos de muitas jovens brasileiras. (Goldemberg, 1989 apud Soares, 1998, p.36).

É também na década de 70, momento de forte censura e repressão política, especificamente no ano de 1975, que ocorre o reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher, como problema social, ao decretar o Ano Internacional da Mulher, marco inicial da organização de mulheres no país e momento de elaboração do “Manifesto da Mulher Brasileira”, em favor da Anistia, sendo criado dez anos depois, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Conforme Sarti (2004) foi desde desse momento que o movimento de mulheres brasileiras passa a ter mais visibilidade. Contudo, a repressão do regime militar inviabilizava, cada vez mais, a organização e participação nos espaços políticos e sociais.

Devido à repressão e falta de espaços para a mobilização dos Movimentos, surge à forte relação da Igreja Católica que aparece como espaço permissivo à articulação da resistência, sendo um importante foco de oposição ao regime militar na atuação dos movimentos feministas. Faz-se importante destacar que “a instituição estava em busca de restabelecer sua influência dentro da sociedade social civil e procurava acima de tudo manter o controle ideológico sobre a família” (BESSE, 1999, p. 92) e, por isso “A Igreja progressista ofereceu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral” (Alvarez, 1988 apud SOARES, 1998 p.40)

Raimundo; Gehlen; Almeida (2004, p.02) colocam que devido ao atrelamento de Movimentos Sociais a setores da Igreja Católica, questões centrais como liberdade sexual, direito ao aborto e direito ao divórcio de Movimentos Feministas internacionais foram impossibilitados de serem trabalhados. Contudo, esse quadro abriu outros campos de militância política, como: direitos civis, liberdade política e melhoria de condições de vida. Desta forma, “temas como o racismo, a ênfase nas diferenças de classe foram trazidos para o centro da cena feminina através dos estudos sobre mulher nas sociedades periféricas” (Hollanda, 2003 *Apud* Raimundo; Gehlen; Almeida, 2004, p.02). Afirma Soares (1998, p. 41) que, a partir da inserção do Movimento feminista nas Igrejas Católicas, “criou-se uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres”.

Um desses foi o Movimento de Mulheres Negras do Brasil, que emergiu no final da década de 70, no bojo da luta feminista, devido às angústias e insatisfações das feministas negras, que não eram vistas a partir de sua especificidade. O modo restrito ao olhar eurocêntrica e universalizante da figura da mulher impossibilitava as feministas de reconhecerem as diferenças e desigualdades presentes no vasto universo feminino. Como pontua Carneiro (2003, p. 118), ao frisar que “grupos como os de mulheres negras e grupo de mulheres indígenas possuem demandas específicas que não podem ser reduzidas somente à questão de gênero”.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (Carneiro, 2003, p. 119).

Ou seja, o Movimento de Mulheres Negras surge com a proposta de reconhecimento das opressões de gênero, intragênero⁴ e racial, vividas pela mulher negra.

No começo dos anos oitenta, conforme Sarti (2004, p.44), no Brasil, ocorreu “a volta das exiladas ao país, depois do processo de anistia de 1979, fenômeno que contribuiu para fortalecer a tendência feminista dentro do movimento de mulheres”. Em 1988 ocorreu o primeiro encontro específico de mulheres negras, marco na trajetória da construção das organizações negras, em Valença, Rio de Janeiro. No boletim informativo, elaborado no encontro, as mulheres negras já iniciaram o texto deixando claro que não havia interesse em rachar com os Movimentos Sociais, mas que tinha por interesse a criação de referências próprias a partir de suas necessidades e ideias, na luta pela transformação social.

Ainda na mesma década, o país começa a sair do regime militar iniciado em 1964 e diferentes movimentos feministas começam a criticar a condição da mulher no Brasil. Nesse momento, o tema saúde ganhou destaque entre as feministas, como ilustra a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM.

Sob a ótica do PAISM, as ações no campo da saúde deveriam atender de forma global às necessidades das mulheres e serem implementadas por todas as unidades do sistema básico de saúde no território nacional. De acordo com essa perspectiva, a mulher deveria ter acesso, por intermédio do então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a informações sobre o funcionamento do seu próprio corpo, incluindo métodos contraceptivos e exames ginecológicos e preventivos de doenças como o câncer. (Damasco, Maia; Monteiro, 2012, p.135)

Ainda elucida Manini (1995, p.64) que, em 1983 foram criados os Conselhos Municipais e Estaduais da Condição da Mulher; em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e, também em 1985, foram criadas as Delegacias de Atendimento às Mulheres, que tratavam basicamente das mulheres vítimas de violência praticada por seus companheiros.

O feminismo dos anos 80 procurou afirmar a identidade feminina. Por isso, a luta dos movimentos se desenvolveu de maneira diferente da que fora feita na década anterior e foi a partir dessa década, que o Movimento de Mulheres do Brasil ocupou posição de referência e respeitabilidade em diversos temas do interesse das mulheres no plano internacional e decisivas contribuições no processo de democratização do Estado (Carneiro, 2003, p. 117).

4. Opressão sofrida por mulheres que não apresentam a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, ou seja, padrões eurocêntricos. (Carneiro, 2003, p. 118)

Assim, como nos movimentos feministas europeu, estadunidenses e latino americano, as especificidades das mulheres negras foram invisibilizadas e, por isso, Sueli Carneiro (2003, p. 117) propõe o que ela chamou de “enegrecer o feminismo”, expressão que foi designada para a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro afirmando e visibilizando uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher negra (Carneiro, 2003, p. 118). Corroborando, Matilde (1998, p.991), destaca que “as mulheres negras têm elaborado críticas sistemáticas aos movimentos negro e feminista em relação à invisibilidade e a secundarização das questões específicas”.

De acordo com Gonzalez (2003), há de se balizar duas discussões que permeiam o movimento feminista negro desde seu despontar. A primeira diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, apesar de terem emergido como sujeitos políticos, desde a resistência ao marcante período da escravidão. Ribeiro (Azeredo, 1994 *apud* Ribeiro, 1998, p. 196) acrescenta que, dentro do “movimento feminista há dificuldade de lidar com a diversidade existente entre as mulheres sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidades das mulheres negras”.

Reafirmando o que diz Gonzalez (2003), a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produziram entre as mulheres, particularmente entre mulheres negra e mulheres brancas no Brasil.

A outra discussão que transpõe o movimento feminino negro se refere à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e, que vem alterando significativamente as percepções e comportamentos do movimento e de instituições sociais.

Segundo Ribeiro (1998, p.995), “os negros e as negras estão nas ‘Antilhas’, estão no mundo, e infelizmente as desigualdades também”. A partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados resultando na ampliação da participação política da população negra nos movimentos, que entenderam que as desigualdades são construídas historicamente.

Calcada nesses entraves, dentro do próprio movimento ou fora dele, que as mulheres negras lutaram e lutam em marcha pela consolidação de seus direitos e para que a cor tenha visibilidade a um lugar de inferioridade, desde sempre, um lugar imposto a 49 milhões de mulheres, lugar naturalizado como normal para a sociedade, como destaca o Comitê Nacional da Marcha das Mulheres Negras (2015).

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

Na perspectiva de mulheres negras protagonistas, construiu-se coletivamente durante quatro anos no Brasil, com mulheres de outros países, uma ação política, para enfrentar o racismo e a violência, na perspectiva do Bem Viver que visou protagonizar uma luta em defesa do reconhecimento da pauta política da população negra em busca da construção e defesa de um novo marco civilizatório da sociedade, a Marcha das Mulheres Negras,

[...] idealizada em dois mil e onze, dando resposta às opressões e as discriminações de todas as formas, as mulheres negras e a população negra representando uma história das mulheres negras e do povo negro pela liberdade (Panfleto da Marcha, 2015).

A marcha teve seu início no encontro paralelo da sociedade civil para o AFRO21, Evento da Organização das Nações Unidas – ONU, no qual se declarou o reconhecimento dos povos afrodescendentes como um grupo distinto, cujos direitos humanos precisam ser defendidos e protegidos. Neste evento foi declarada a década internacional de Afrodescendentes - 2015-2024, realizado em Salvador/BA e, esteve como uma das idealizadoras Nilma Bentes, membro da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB. Ao longo de três anos foram realizadas agendas, debates, rodas de diálogos, samba, bingo, passeata, seminários, exposições, oficina com camisa, banner, “pirulito⁵” programa de rádios, cartas abertas, *spots* de rádio, vídeo, entrevistas, boletins. Em cada uma das peças foram inseridas as características locais, identidades e subjetividades que tornam diferentes as mulheres negras na história, fazendo e construindo um ser mulher negra em todo o país.

Essa luta ganhou fôlego na articulação nacional, sendo realizado este movimento no dia 18 de novembro de 2015, no ano da década internacional das/dos afrodescendentes - 2015-2024, no mês da consciência negra. De acordo com Gonçalves (2017), “pela primeira vez na história do Brasil, 50 mil mulheres ocuparam as ruas de Brasília para cobrar políticas públicas e reparação pelas desigualdades estruturais enfrentadas por nós”, em homenagem às ancestrais e em defesa da cidadania plena das mulheres negras.

A marcha foi realizada por diversas organizações e coletivos do movimento de mulheres negras e do movimento negro. Contou também com o apoio de intelectuais, artistas e ativistas sendo:

[...] resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras, que durante três anos e em lugares diferentes do país e do mundo acreditaram na construção de um momento político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras. (Geledés, 2015.)

5. De acordo com Ruth Rocha (2005), a palavra pirulito significa cone de mel escuro e solidificado ou bala presos à extremidade de um palito doce ou chocolate que está enfiado num palito. Contudo, para os movimentos sociais, o termo se refere a cartazes confeccionado com palavras de ordem e afixado com fita durex em cabo de vassoura.

Após idealização da marcha foi definida a pauta: marcha das mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver. De acordo com a pauta o termo racismo foi inserido para destacar a impunidade na matança de negros e a violência pelo feminicídio que tem atingido as mulheres negras. O Bem Viver foi incorporado para sinalizar o acreditar na necessidade de mudança ao modelo de desenvolvimento, e ao capitalismo neoliberal (Odara, 2014).

Durante o período da construção da marcha das mulheres negras, de dois mil e onze a dois mil e quinze, foi elaborado um documento, a Carta das Mulheres Negras, construído coletivamente, com mulheres negras do Brasil, irmanadas com mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, objetivando a construção de um pacto civilizatório proposto ao Estado e à sociedade civil.

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros (Geledés, 2015, np).

Nesse documento, constam as reivindicações da população de mulheres negras acerca do direito à vida e à liberdade; à promoção da igualdade racial; ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; à terra, território e moradia/direito à cidade; à justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social); à educação; à justiça; à cultura, informação e à comunicação; à segurança pública, visando entre outros,

exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras (Geledés, 2015, np).

No intuito de romper o silêncio com vozes plurais reafirmando o poder de luta contra o patriarcado e o racismo. As mulheres negras decidiram por meio de força política, autonomia de ser protagonista de si, afirma o texto do panfleto de divulgação da Marcha.

A Marcha das Mulheres Negras apontou como foco de interesse reunir negras diversas, desde negras meninas até as negras do campo e das cidades, bem como negras de quilombo, negras sambistas, negras de tambor de crioulas, negras com deficiências, negras professoras, negras empregadas domésticas, negras das manifestações e danças tradicionais, negras do samba, negras prostitutas, negras médicas, negras ligadas às religiões de matrizes africanas, negras cujos filhos/as foram assassinados pela polícia, negras lavadeiras, negras bahaistas, negras artistas, negras rappers, negras funkeiras, negras DJs, negras grafiteiras, conseguiram cursar o terceiro grau, negras lésbicas, negras bissexuais, negras transsexuais, negras sem-terra, negras-indígenas, negras ribeirinhas; negras que foram mal atendidas no sistema de saúde, dentre outras (Geledés, 2015, np)

No que diz respeito à estruturação da Marcha das Mulheres Negras, além das organizações supracitadas, participaram também quilombos, centros comunitários, terreiros, escolas, universidades e escolas de samba. Foram mobilizados os vinte e sete estados da federação. O comitê impulsor nacional da marcha foi composto pelas seguintes entidades:

- Articulação de organizações das mulheres negras/ AMNB;
- Agentes da Pastoral Negra – APNS;
- Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ;
- Coordenação Nacional De Entidades Negras – CONEN;
- Federação Nacional das Empregadas Domésticas- FENATRAD;
- Fórum Nacional de Mulheres Negras;
- Movimento Negro Unificado – MNU;
- União de Negras e Negros pela igualdade – UNEGRO.

Alguns coletivos também assinaram a Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e pelo Bem Viver, como: N'ZINGA – Coletivo de Mulheres negras; Negras ativas; Bloco das Pretas; Coletivo de Estudantes Negras; Organização OMOKORINS do Ilê de Oxaguian – CEMERAB; MNU minas – Coletivo na raça; Comitê Reaja Minas – CONEM; NEGRÁRIA; Coletivo de Artistas Negros; Fórum das Juventudes da Grande BH; Coletivo de Assessoria Popular Margarida Alves; Teatro Negro Atitude.

Para o Instituto Feminista para a Democracia – SOS_Corpo⁶, a Marcha das Mulheres Negras foi um marco para o movimento de mulheres brasileiras, divisor de águas na vida das mulheres negras e o mais importante movimento político do estado brasileiro, no ano de 2015. Corroborando, Nilma Bentes⁷ (2016 in SOS_Corpo, 2016), a Marcha foi um dos resultados do esforço coletivo das mulheres negras, no qual milhares de mulheres foram possuídas por emoções nunca antes experimentadas.

É de grande importância a Marcha das Mulheres Negras tanto para o fortalecimento do Movimento Negro dentro dos movimentos feministas nacional e internacional, quanto para a ação política, alterando as percepções e comportamentos do movimento e de instituições sociais. Contudo, cabe ressaltar que durante todo o processo de construção e período de realização da Marcha das Mulheres Negras houve inúmeras tensões, como relata Oliveira⁸ (2018) ao afirmar que

6. Organização da sociedade civil, autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede em Recife-Pernambuco, no Nordeste do Brasil. (Caderno de crítica feminista 2007, p.171)

7. Graduada em engenharia agrônoma; Uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), em Belém; Uma das idealizadoras da Marcha das Mulheres Negras.

8. Mônica Oliveira - profissional de comunicação; Educadora; Assessora parlamentar; Ativista da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Participante do comitê impulsor, nível local, da Marcha das Mulheres Negras.

Logicamente uma ação da magnitude da Marcha de Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver é uma ação que jamais estaria imune a tensões. As tensões fazem parte dos processos democráticos; as tensões fazem parte dos processos de construção coletiva. Então, naturalmente, no decorrer da construção, dos praticamente dos quatro anos, da marcha assim como da realização em si da atividade, no 18 de novembro de 2015, inúmeras tensões ocorreram.

Oliveira (2018) continua seu relato e pontua duas formas de tensão, a primeira ela relaciona às próprias mulheres negras que compõe o movimento negro,

Primeiro que a composição do movimento de mulheres negras, assim como a composição de qualquer movimento social é uma composição diversa. As mulheres negras não são todas iguais, não pensam todas iguais, elas têm diferentes tamanhos de organizações, têm as que estão organizadas em coletivos, as que estão organizadas em ONG'S, as que estão organizadas em movimentos, as mulheres negras que são ativistas e que não estão em organizações de mulheres, estão mistas e logicamente essas coisas definem, determinam sua atuação política.

Outra tensão, por ela relacionada, diz respeito à inserção dos movimentos de organizações mistas na coordenação da Marcha das Mulheres Negras. Esse ponto, Oliveira (2018) ressalta que foi o de maior tensão, “uma coisa que pesou no processo foi a pressão de organizações mistas para comporem a coordenação nacional da marcha”, já que “o jeito de fazer política é diferente”(Oliveira, 2018), resultando em algumas tensões no decorrer do processo.

Mônica Oliveira (2018) finaliza sua fala dizendo que essas tensões não causaram grandes prejuízos ao Movimento de Mulheres Negras e que o Movimento de Mulheres foi o que mais avançou na construção coletiva da pauta das mulheres negras.

Para Piedade Marques⁹ (2018), a primeira tensão, ocorrida durante o processo de construção da marcha, refere-se a escolha da coordenação Nacional da mesma, ocorrida na Conferência de Igualdade Racial. Marques (Idem) pontua que “várias feministas se sentem magoadas pela escolha da coordenação”, o que causou incômodos durante todo o período de realização da Marcha de Mulheres Negras. Outra tensão pontuada, diz respeito aos grupos políticos ligados diretamente ao Estado, que ora representavam o movimento, ora buscavam interesses do Estado, por estarem em cargos comissionados, causando de certa forma o que ela chama de “situação dúbia”. De acordo com Marques (2018) “os conflitos foram muitos, as tensões foram grandes, mas conseguiram resultados graças à intervenção das organizações de mulheres negras”.

9. Piedade Marques - Filósofa; Funcionária Pública; Coordenadora de Relações Institucionais da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Participante do Comitê Impulsor, nível local, da Marcha das Mulheres Negras.

Rosa Marques¹⁰ (2018) assinala que as tensões estavam diretamente ligadas às mulheres brancas e negras, vinculadas aos sindicatos, que acreditavam que deveriam estar à frente das decisões acerca da Marcha. Essas inquietações geraram uma grande inquietação política já que o fazer do Movimento de Mulheres Negras era diferenciado dos outros movimentos participantes e o destaque do evento não era destinado as mulheres brancas, a partidos políticos, mas sim às mulheres negras protagonistas. Outro grupo, que também levantou inúmeros questionamentos, foi o de homens que também não compreenderam, a princípio, os questionamentos específicos das mulheres negras.

Apesar das tensões ocorridas durante o período de construção da Marcha, como do conflito sucedido, no dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, em Brasília, quando

No encerramento da Marcha, as milhares de mulheres negras que chegaram ao Congresso Nacional foram agredidas por homens da extrema direita escondidos em barracas de camping, armados com revólveres e bombas caseiras (Silva, 2015).

Faz-se necessário que o Estado brasileiro, assim como a sociedade civil, reconheça “que a marcha foi uma demonstração de força política, com capacidade de articulação e mobilização”, como destaca Oliveira (2018). Há anos que as mulheres negras avançam neste país e no mundo. É preciso interpelar o Estado brasileiro, marcar e visibilizar as mulheres negras, que vivem diretamente o efeito perverso do racismo e sexismo. Parafraseando Davis (2015), no momento que o Estado reconhecer as mulheres negras e elas saírem da condição de subalternidade¹¹, toda a sociedade mudará. Avançamos, mas ainda temos muitos caminhos a percorrer. Sigamos em marcha, já que “nossos passos vêm de longe”¹² como bem lembra Jurema Werneck (2017).

A marcha das mulheres negras, culminada em novembro de 2015, durante os quatro anos de mobilização serviu para demonstrar o compromisso e a força política de resistência das mulheres negras do Estado Brasileiro que se uniram para protagonizar uma marcha específica de mulheres na luta contra o racismo e por direitos sociais e políticos que por muito foi invisibilizada.

10. Rosa Marques - Socióloga; Educadora Social; Coordenadora de formação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Coordenadora do Comitê Impulsor, nível local, da Marcha das Mulheres Negras.

11. “Camadas mais baixa da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK 2010, p. 13)

12. Expressão que “remete à ancestralidade de mulheres negras, líderes e protagonistas das diversas lutas do povo negro.” (CARNEIRO, 2006)

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta como opção a metodologia qualitativa (Carneiro, 2003; Xavier, 2010), buscando através de pesquisa exploratória (Tavares, 2010) e documental (Geledés, 2015) como instrumento entrevista em profundidade com (Oliveira, 2018; Marques, 2018), negras Ativistas Militantes, a reconstrução do percurso de construção da Marcha, reafirmando a força das mulheres negras na sociedade brasileira. Estas são mulheres negras envolvidas no Comitê Impulsor da Marcha, em Pernambuco, a fim de historiar e analisar os impactos na sociedade. Considerou-se pesquisa exploratória conforme Richardson (1999, p.102) que aprofunda o conhecimento das características de determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências. Também, a entrevista em profundidade aquela que permite abordar de um modo privilegiado, o universo subjetivo do acto, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história, como aponta Lalanda (1998, p.872).

As estratégias utilizadas foram leituras em atas dos encontros e reuniões, relatórios da participação em seminários estaduais e nacionais, a participação em oficinas preparatórias para Marcha e a participação da pesquisadora no Comitê impulsor, utilizadas para dar vida a um material pedagógico que o movimento possa, posteriormente, utilizar em seu processo formativo. Que este, seja mais um documento que fortaleça a ação do movimento de mulheres negras.

Para participar da entrevista, houve como critérios ser negra, ser ativista e ter história na luta dos movimentos sociais. Participaram 3 mulheres, todas participantes do Movimento de Mulheres Negras dentre duas delas, uma participante também da rede Norte-Nordeste a outra da Articulação Nacional de Mulheres Negras

Para a entrevista em profundidade, o roteiro foi: a) Nível de compreensão do feminismo no contexto histórico; b) referenciais do movimento social e movimento feminista negro; c) papel da mulher negra na luta pelos direitos da mulher e da mulher negra.

O tratamento dos dados foram analisados segundo a Teoria de Análise dos Conteúdos (Barin, 1988, p.103).

ANÁLISE OS RESULTADOS

A dissociação de mulheres negras do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista deveu-se a invisibilidade sofrida, no interior desses movimentos, pela mulher negra, que não era vista a partir de sua singularidade. O olhar eurocêntrico e universalizante das mulheres dos Movimentos supracitados, incapacitava as de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, pois as negras eram estigmatizadas e vítimas de outras formas de opressões, além do sexismo. Por isso, a partir da politização das desigualdades de gênero e raça ocorrida no interior do Movimento Feminista, na década de oitenta, as mulheres negras tomam consciência de que são sujeitos políticos e se unem em prol da construção de um movimento específico: Movimento de Mulheres Negras.

O surgimento desse movimento, a princípio, causou incômodo político, mas que posteriormente tem surgido novas perspectivas, possibilidade de diálogos, parcerias e mesmo ações conjuntas como aponta Barbosa (2010 apud Coelho; Gomes, 2015, p.07)

Afirmando sua invisibilidade numa condição específica de ser mulher negra é chamada, na conferência nacional de igualdade racial, em 2006, a Marcha das mulheres negras contra o racismo, à violência e pelo bem viver. Durante a conferência, Nilma Bentes propõe uma marcha só de mulheres negras. A princípio foi aclamada pelos presentes. Contudo, durante seu processo de construção outros Movimentos (de Mulheres, Mista, Sindicais e feministas) solicitaram a participação no processo a construção direta. Solicitação esta que não foi aceita. Gerando um novo desconforto.

Apesar dessa contrariedade e outras geradas no interior da construção. A Marcha das Mulheres Negras, marco na luta contra o racismo, teve reconhecimento devido a sua capacidade de mobilização e a forma como estabeleceu diálogo com o estado e a sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisa focou em historiar e analisar os impactos, na sociedade, da força das mulheres negras, a crença na ancestralidade, reconstruir o percurso de construção da Marcha e reafirmar a força dessas mulheres na sociedade brasileira.

Constatou-se que, apesar dos conflitos interno e externo, foi possível realizar uma chamada específica de mulheres negras através da marcha e demonstrar seu ímpeto e resistência reafirmando, assim, seu protagonismo.

A pesar do reconhecimento nacional e internacional do papel político que teve a marcha da Marcha das Mulheres Negras, os desafios políticos e sociais encontrados no período de sua construção e realização, persistem. O racismo, a invisibilidade da mulher negra, a matança do jovem negro pelo Estado brasileiro, a violência vivida pela mulher negra e a reparação das desigualdades estruturais ainda são motivos de luta por parte de nós mulheres negras. Sabemos que precisamos estar nas ruas em busca de reconhecimento de nossa vulnerabilidade. Por isso, continuamos em marcha pela luta de nossos direitos.

Recomenda-se que o Estado brasileiro assuma o papel que lhe cabe. Refirmando as políticas específicas para as mulheres negras, assim como faça cumprir as leis, tratados e pactos civilizatório assinados pelo governo de enfrentamento e combate ao racismo.

Considerou-se que, ao analisar os dados, a aplicação das Leis em estudo indicam que sem considerar a realidade racial e o racismo é perpetuar as iniquidades brasileiras e macular a democracia. Pois, o Brasil é signatário de todas as normativas internacionais de proteção e garantia de direitos, bem como com o comprometimento em instituir políticas reparatórias¹³ para o povo negro.

13. Referendado na Conferência mundial da ONU contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlatas, realizada em Durban, África do Sul em 2001.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Daniely; GEHLEN, Vitória; RAIMUNDO, Valdenice J. **Mulher negra**: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice.pdf>. Acessado em: 02 de jun. de 2018.

ÁVILA, Betânia. **Radicalização do feminismo, radicalização da democracia**. Cadernos de Crítica Feministas. SOS-CORPO instituto feminista para democracia. Ano I, N.0 – dez. 2007.

AZEREDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro-1984. CIEC, / ECO / UFRJ . Tomo 5, Número especial , 2ª sem., p. 203/16.

BESSE, Suzan. **Modernizando as desigualdades: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos Avançados. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, nº 49, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Raça e etnia no contexto de BejjinG. In: WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa. WHITE, Evelyn C. (org). **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paullas/Crioula, 2006.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. **O Movimento Feminista Negro e suas particularidades na sociedade brasileira**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 25 a 28 de agosto de 2015.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

DAVIS, Angela. **The Women's Pres**. Ltda. Grã Bretanha: 1982. Tradud. Livre. Plataforma_Gueto- 2013. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 08 de jan. 2018.

GELEDÉS. **Carta das Mulheres Negras 2015**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acessado em: 02 de jun. de 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Revista mediações, Londrina. v.5, n. 1, p. 11-40. Jan/jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e rede de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Disponível em:< <http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminina no Brasil. In: **Vozes femininas, gênero, mediações e práticas de escrita**. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 2003.

HOOKS, Bell. **Luta de classes feminista**. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 10 de fev. 2018. Instituto Mulher Negra da Bahia-ODARA, 2014.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. 4º Ed. Vol. XXXIII. p. 871-883. Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Lisboa, 1998.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **Mulheres negras marcham em 2015 pelo Bem Viver**. Revista SER social. Vol.15, n. 36. Brasília, 2015.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. In: PONS, Claudia Cardoso. Outras falas. Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador: 2012.

MANINI, Daniela. **A Crítica Feminista à Modernidade e o Projeto Feminista no Brasil dos anos 70 e 80**. Cadernos AEL, n. 3/4: 45-67, 1995.

OLIVEIRA, Mônica. **Entrevista concedida à Rejane Pereira**. Recife, março, 2018.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PONS, Claudia Cardoso. **Outras falas**. Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador: 2012.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas. Estudos feministas, Vol. 12, No. 2 (maio-agosto - 2004), pp. 35-50

SILVA, Carmen S.M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Cidinha. **Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras**. Geledés- Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/>. Acessado em: 10 de fev de 2018, 2015.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu.; GODINHO, Tatau(Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. P.33-54. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

RIBEIRO, Matilde. **Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política**. Revista Estudos feministas. UFSCAR, 1998.

TAVARES, Manuela. **Feminismos: Percursos e Desafios**. 1947/ 2007. Texto Editores LTDA. Portugal. 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1º ed. Brasília/DF, 2015.

WERNECK, Jurema. **Ser mulher negra no Brasil hoje**. Geledés- Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-ser-mulher-negra-no-brasil-de-hoje-e-sinonimo-de-luta/> . Acessado em: 10 de fev de 2018, 2015

_____. **Ouçam as vozes das mulheres negras**. Agência Patrícia Galvão. 28 de jul. 2017.

XAVIER, Lúcia. **O movimento de mulheres negras e a construção de novas concepções para a transformação social**. Cadernos de Crítica Feministas. P. 28-42. Ano IV, N .3 – dez. 2010.